



OURO DE TOLO

| POR MARIO MONZONI E MAURICIO JEROZOLIMSKI

Estava dando certo. Atrelar o conceito de crescimento econômico ao de desenvolvimento parecia uma sacada genial. Só que não.

O que é desenvolvimento? Como medi-lo? O debate efetivo sobre a inclusão de variáveis sociais no conceito de desenvolvimento surgiu no rescaldo do pós-guerra, ao longo das décadas de 1950 e 60. Até então, a concepção vigente correlacionava o tema com o grau de industrialização das economias e o media pelo produto interno bruto (PIB) *per capita*. Esse período foi marcado também pela negação das questões ambientais como um problema da sociedade: a fumaça lançada pelas chaminés das fábricas era sinal de progresso.

No entanto, em alguns países em desenvolvimento, a infante industrialização da década de 1960 não trouxe a contrapartida esperada, especialmente nos indicadores de educação e saúde. Esse fato lançou desconfiança sobre a percepção dominante, que passou a ser questionada por economistas desses países, com especial destaque para os estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao longo da década de 1970, floresceu o debate internacional sobre a busca por modelos de desenvolvimento que conciliassem o crescimento econômico, a justiça social e, embora ainda timidamente, a conservação e o uso sustentável de recursos naturais. Essa tendência cresceu a despeito da difusão de abordagens que apontavam o elevado crescimento populacional de países não desenvolvidos como o principal motivador dos quadros de pobreza e degradação ambiental neles percebidos.

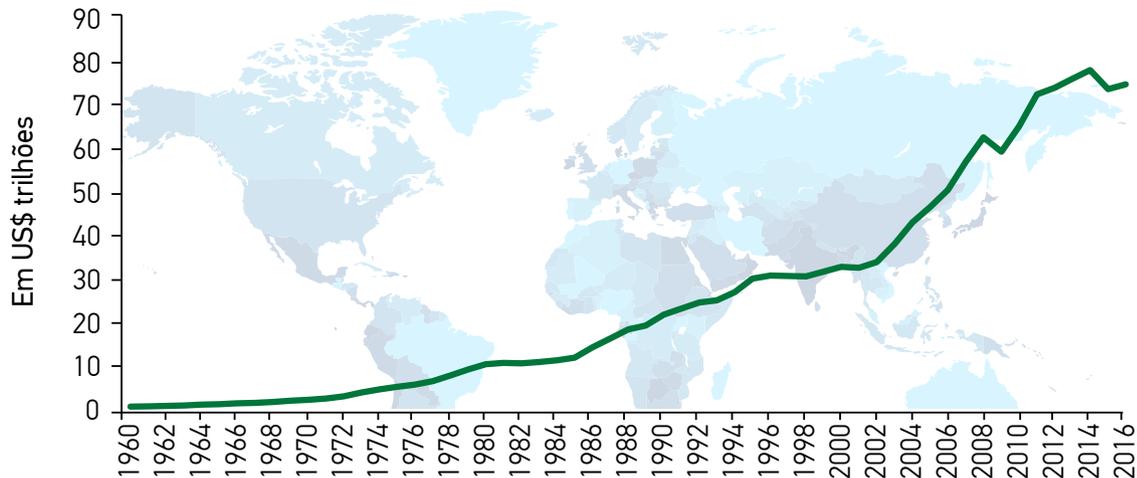
“O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana”.

CELSO FURTADO, *O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*, 1974.

Essa nova agenda global foi marcada pelo ano de 1972, quando o Clube de Roma publicou o relatório *The Limits to Growth* e a ONU realizou, em Estocolmo, a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano. O ativismo socioambiental teve sua época de ouro, trazendo para a agenda questões humanas e éticas, como abolição do trabalho escravo, voto feminino, sindicalismo, Guerra do Vietnã, regime do *apartheid*, guerra nuclear e buraco na camada de ozônio.

Também nos anos 1970, o setor público passou a desempenhar o papel de regulador do processo de desenvolvimento, enquanto as empresas eram vistas como “inimigas”.

EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) GLOBAL (EM PREÇOS CORRENTES), 1960 A 2016



FORNTE: BANCO MUNDIAL, 2017.

O único meio de lidar efetivamente com os problemas ambientais era “fazê-las pagar” pelos impactos por meio de regulação. Para isso, criou-se um grande volume de normas do tipo “comando e controle”. De maneira isolada, esse tipo de regra mostrou-se insuficiente já na década seguinte, quando ficou claro que prevenir a poluição era mais barato do que soluções de “fim de tubo”. Emergiram, assim, os conceitos de ecoeficiência e de produção mais limpa, enquanto no campo regulatório o uso de instrumentos econômicos e de incentivos de mercado se tornou mais frequente.

Ao mesmo tempo, fortaleceram-se duas abordagens mais amplas sobre desenvolvimento, ecoando duas décadas de debate sobre a necessidade de compreender tal processo para além da expansão do PIB *per capita*. Em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável foi oficialmente apresentado ao mundo por meio do relatório *Nosso Futuro Comum*; em 1989, teve início a produção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), fruto da composição de indicadores de expectativa de vida e de educação, considerados adicionalmente ao PIB *per capita*. Publicado pela primeira vez em 1990, o IDH rapidamente consolidou-se como uma alternativa mais adequada para medir a evolução de diferentes países e passou a ser atualizado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

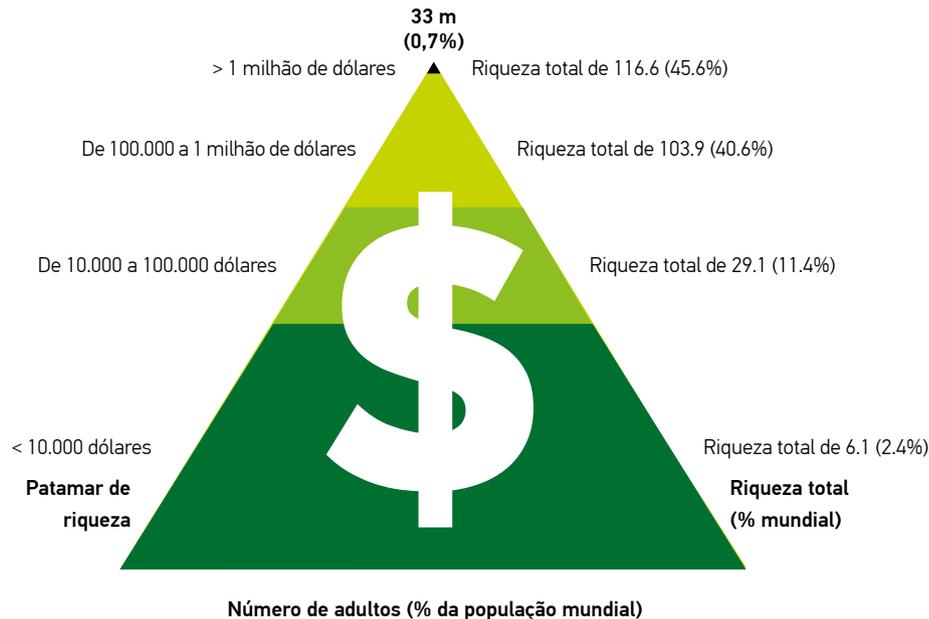
A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92, consolidou o movimento global por um desenvolvimento

“Atingimos o limite físico do planeta. [...] Quando falha o sistema de preços, alguma forma de racionamento se torna imperativa. Seremos obrigados a reconhecer o que, apesar das evidências, nos recusamos a ver: não há como viabilizar sete bilhões de pessoas, com o padrão de consumo e as aspirações do mundo contemporâneo, nos limites físicos da Terra.”

ANDRÉ LARA REZENDE, VALOR ECONÔMICO, 2002.

economicamente sustentável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Nessa conferência, foram produzidos documentos considerados referências para melhorar a governança e orientar as práticas de uma sociedade global a partir do fim do século 20, tais como a *Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, a *Convenção da Diversidade Biológica* (CDB), a *Convenção da Mudança Climática* e a *Agenda 21*.

PIRÂMIDE GLOBAL DA RIQUEZA



Fonte: CREDIT SUISSE GLOBAL WEALTH DATABOOK, 2016.

“Não temos dúvidas de que o progresso técnico – a racionalidade instrumental – possui um poder de difusão muito maior do que a criação de valores substantivos... O gênio inventivo do homem foi canalizado para a criação técnica... No entanto, o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins”.

CELSO FURTADO,
O MITO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1974.

Os esforços multilaterais e a imensa geração de riqueza do pós-guerra aos dias de hoje – em 2008, o PIB mundial ultrapassou os US\$ 60 trilhões – trouxeram consideráveis benefícios (confira gráfico). Segundo o Banco Mundial, o crescimento econômico foi responsável pelo aumento de 76% no PIB *per capita* de países em desenvolvimento nos últimos 20 anos, a despeito do crescimento populacional. Mais de 660 milhões de pessoas deixaram a pobreza e progressos

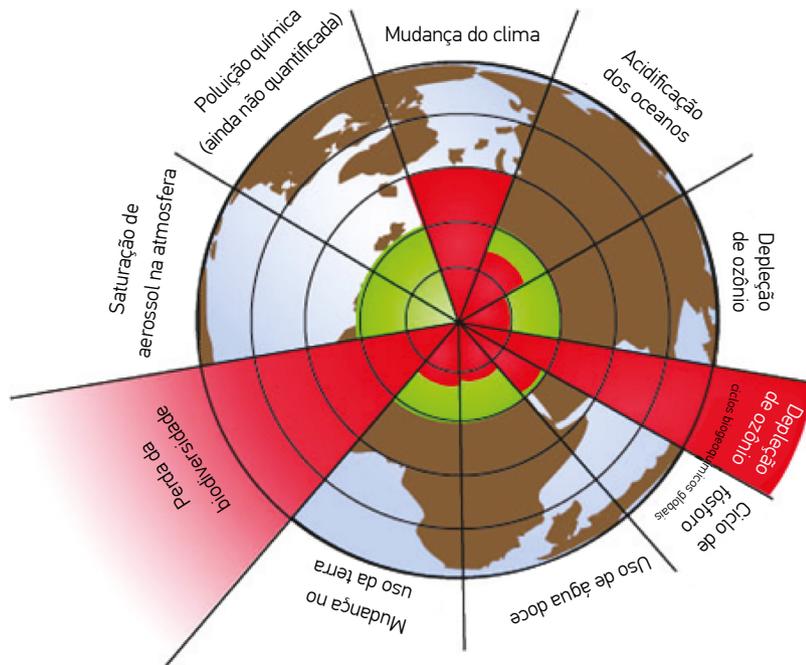
consideráveis foram alcançados em alfabetização, aumento de expectativa de vida e redução de mortalidade infantil.

É inegável que a ciência e a inovação tecnológica promoveram aumento da qualidade de vida por meio de avanços na produção e no uso da energia, nos modos de transporte, na modernização das indústrias, em excepcional incremento da produtividade agrícola, sem falar dos novos meios de comunicação, do advento da internet e da expansão da diversidade do entretenimento.

Apesar dos enormes investimentos em infraestrutura e no capital humano, ainda coexistimos com a extrema pobreza e a desigualdade de renda no planeta. Mais de 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso à eletricidade, 2,3 bilhões não desfrutam de acesso a saneamento básico e 665 milhões de seres humanos ainda sofrem com a falta de água potável. Menos de 1% dos adultos mais ricos do planeta detêm mais de 45% da riqueza global, conforme ilustra a pirâmide da riqueza.

Em adição, o atual modo de produção e consumo traz consigo um impacto ao meio ambiente que já o compromete de maneira significativa e vem evoluindo intensamente nos últimos anos. Avaliação feita em 2015 mostra que já teríamos ultrapassado o limite considerado seguro em relação às mudanças do clima, à integridade da biosfera – marcada pela perda da biodiversidade ou diversidade genética –, à interferência nos ciclos biogeoquímicos globais (de fósforo e nitrogênio) e às mudanças no uso da terra. Em outros

ESPAÇO SEGURO DE OPERAÇÃO E ATUAL POSIÇÃO DE NOVE SISTEMAS DO PLANETA



FONTE: PLANETARY BOUNDARIES: GUIDING HUMAN DEVELOPMENT ON A CHANGING PLANET, SCIENCE, 2015.

casos, como o uso de água doce, a acidificação dos oceanos e a depleção de ozônio, estamos aproximando-nos desse limite (confira na ilustração). Estamos usando o “cheque especial” da Terra, tendo como consequência a erosão da capacidade de resiliência do planeta.

Hoje, a taxa de extinção da vida marinha está entre 100 e 1.000 vezes acima do considerado natural. Estima-se que até 30% de todas as espécies mamíferas, de pássaros e de anfíbios estejam ameaçadas de extinção neste século.

As emissões de gases de efeito estufa que provocam o aquecimento global colocam em risco a qualidade de vida do planeta e, a continuar a crescer, podem gerar incertezas no campo da atividade econômica. Dados incluídos no relatório *State and Trends of Carbon Pricing*, do Banco Mundial, indicam que, para manter o aquecimento global em 2°C, as emissões anuais globais de gases de efeito estufa (da ordem de 54 GtCO₂ e em 2012) terão de ser reduzidas para 35 GtCO₂ e até 2030 e para 22 GtCO₂ e até 2050.

Passados 20 anos da Rio-92, o mundo voltou a se reunir no Rio de Janeiro para avaliar o caminho percorrido e olhar para frente. Na pauta, está a necessidade de construção de uma governança global para o desenvolvimento sustentável, com agenda proposta de uma economia verde e inclusiva. O desafio é grande. O esforço deve ser universal, porém diferenciado. Países desenvolvidos, de industrialização e

qualidade de vida consolidadas, têm responsabilidades históricas e devem prover a maior contribuição.

Um novo modelo é preciso: um modelo que considere, sim, o capital como fonte de geração de riqueza e de crescimento (não como fim em si mesmo, mas como meio), particularmente para os menos desenvolvidos, para que a economia e as políticas públicas possam continuar retirando da pobreza massas expressivas de seres humanos. Mas um modelo que também distribua a riqueza de maneira justa, estabelecendo um limite mínimo de dignidade humana, que respeite os limites ambientais do planeta e que, acima de tudo, promova a criação e propague, em escala, “valores substantivos”. ●

PARA SABER MAIS:

- André Lara Resende. *Os limites do possível*. Valor Econômico, 23/03/2012
- Celso Furtado. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- José Eli da Veiga. *Desenvolvimento sustentável: desafio do século XXI*, Editora Garamond, 2005.
- Marcos Lisboa. *A industrialização conduz à prosperidade?*. Folha de S. Paulo, 24/09/2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2017/09/1921262-a-industrializacao-conduz-a-prosperidade.shtml>
- Will Steffen, Katherine Richardson, Johan Rockström, Sarah Cornell, Ingo Fetzer, Elena Bennett, Reinette Biggs, Stephen Carpenter, Wim de Vries, Cynthia de Wit, Carl Folke, Dieter Gerten, Jens Heinke, Georgina Mace, Linn Persson, Veerabhadran Ramanathan, Belinda Reyers e Sveiker Sorlin. *Planetary boundaries: guiding human development on a changing planet*, Science, 13/02/2015.

MARIO MONZONI > Professor da FGV EAESP e Coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV EAESP > mario.monzoni@fgv.br
MAURICIO JEROZOLIMSKI > Secretário Executivo do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV EAESP > mauricio.jerozolimski@fgv.br